



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA - MAPA

CURRICULUM VITAE

INFORMAÇÕES PESSOAIS

Nome: PEDRO PEREIRA LOUREIRO

Cargo comissionado atual: CONSULTOR JURÍDICO (CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA), nomeado por ato do Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República.

FORMAÇÃO

DIREITO

Instituição: Universidade Federal de Uberlândia (UFU/MG)

Conclusão: 17/12/1984

PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO TRABALHISTA

Instituição: Centro Universitário de Brasília (UNICEUB/DF)

Conclusão: 14/12/1986

REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES (RDC)

Instituição: CEFOR (Câmara dos Deputados)

Conclusão: 2008

LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

Instituição: CEFOR (Câmara dos Deputados)

Conclusão: 2010

REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES (RDC)

Instituição: Advocacia-Geral da União

Conclusão: 2012

COMBATE À CORRUPÇÃO

Instituição: Universidade Tor Vergata (Roma/Itália)

Conclusão: 2017

LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (com ênfase na Instrução Normativa MPDG nº 05/2017)

Instituição: INEP/MEC (em parceria com a FGV)

Conclusão: 2018

PROCESSO CIVIL (COMPARADO)

Instituição: Universidade Tor Vergata (Roma/Itália)

Conclusão: 2018

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

EXÉRCITO BRASILEIRO

Oficial R/2 (licenciado no posto de 1º tenente da reserva não remunerada)

Período: 1977 a 1984.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/SNI

Ocupante do cargo efetivo de assistente jurídico na Consultoria Jurídica (vinculado à Consultoria-Geral da República).

Período: 1985 a 1990.

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Ocupante do cargo efetivo de assistente jurídico na Assessoria Jurídica, tendo ocupado o cargo comissionado de Chefe da Assessoria Jurídica da Secretaria de Administração-Geral/SNI.

Período: 1990 a 1995.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cedido, por requisição, pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (posteriormente transformada na Agência Brasileira de Inteligência – ABIN/PR)

Período: 1995 a 2012

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Ocupante do cargo efetivo de Advogado da União na Consultoria Jurídica, atuando na Coordenação-Geral Jurídica de Recursos Humanos e na Coordenação-Geral Jurídica de Contencioso.

Período: 2012 a 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Ocupante do cargo efetivo de Advogado da União na Consultoria Jurídica e nomeado para o cargo comissionado de Consultor Jurídico Adjunto.

Período: 2016 a 2018

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Cedido para ter exercício na Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital (Órgão Central do SIPEC), ocupante do cargo comissionado de Assessor do Secretário.

Período: 2019

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Ocupante do cargo efetivo de Advogado da União na Consultoria Jurídica e nomeado para o cargo comissionado de Coordenador-Geral de Licitações, Contratos, Convênios e Assuntos Internacionais (2019/2022);

Consultor Jurídico Adjunto (De 1º de janeiro de 2023 até 28 de maio de 2024)

QUALIFICAÇÕES E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

PARLAMENTARES

Elaboração de discursos, projetos de lei e outras proposições; assessoramento parlamentar nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Orçamento, Defesa do Consumidor, Educação, Finanças e Tributação e Desenvolvimento Urbano.

CONSULTORIA JURÍDICA

Manifestações jurídicas no âmbito das Consultorias Jurídicas junto à Presidência da República (SNI) e à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; das Consultorias Jurídicas junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Educação e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

ÓRGÃO CENTRAL DO SIPEC:

Elaboração e revisão de atos normativos de competência da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia; assessoramento jurídico ao secretário e diretores de departamentos integrantes de sua estrutura organizacional em matérias afetas às respectivas áreas de atuação, especialmente àquelas relacionadas à defesa e interesses da União em matéria judicial fornecendo subsídios técnicos e jurídicos aos órgãos de representação judicial nos processos relacionados àquele Órgão Central.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

CONDECORAÇÃO

Agraciado com a Medalha do Pacificador, concedida pelo Exército Brasileiro (Portaria nº 737, de 21 de julho de 2014).